

Canarana
Transmissora de
Energia S.A.

**Demonstrações Contábeis Regulatórias
31 de dezembro de 2023 e Relatório dos
auditores independentes.**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	5
Balço patrimonial	8
Demonstração do resultado	10
Demonstração do resultado abrangente	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração do fluxo de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	14



Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da **Canarana Transmissora de Energia S.A. (“CNTE” ou “Companhia”)** para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta do Presidente

Cenário

A **Canarana Transmissora de Energia S.A. (“CNTE” ou “Companhia”)** atua no segmento de transmissão de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 7 anos de existência. Em 2023, a Concessionária manteve as atividades de operação e manutenção da de duas subestações e 261,99 km de linhas com capacidade instalada de 230 kV, autorizada conforme Contrato de Concessão nº 016/2016.

Transmissão

Contando com duas subestações e 261,99 km de linhas de transmissão, nas tensões de 230 kV, a área de transmissão da Outorgada transporta tanto a energia recebida do Sistema Interligado (vide detalhamento no quadro abaixo). Além de usar suas linhas de transmissão para prover energia a consumidores em Mato Grosso, a Outorgada transmite energia para outras empresas usuárias do Sistema Interligado Brasileiro.

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas

Linhas de Transmissão	de	Circuito	Tensão(Kv)	Extensão (Km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação comercial	Vencimento da Outorga
LT 230 kV PARANATINGA /CANARANA C-1		1	230	261,99	--	11/06/2018	25/08/2046

Linhas de Transmissão em Operação - Características financeiras – Projetos de Linhas

Linhas de Transmissão	de	Propriedade	RAP (R\$ Mil)	RAP Proporc. (R\$ Mil)	Ano de grau da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
LT 230 kV PARANATINGA /CANARANA C-1		ACTE	83.590	83.590	2031	Junho	IPCA

Em vista das linhas em operação, da entrada em operação comercial das linhas em construção, inclusive dos novos reforços com respectiva RAP e autorizados pela ANEEL e dos projetos vencidos mediante licitação, a RAP esperada - sem considerar novos projetos é de R\$ 87.206 mil para 2024 (evolução de 5% em relação a 2023) e de R\$ 90.446 mil para 2025 (evolução de 4 % em relação a 2024), conforme quadro a seguir:

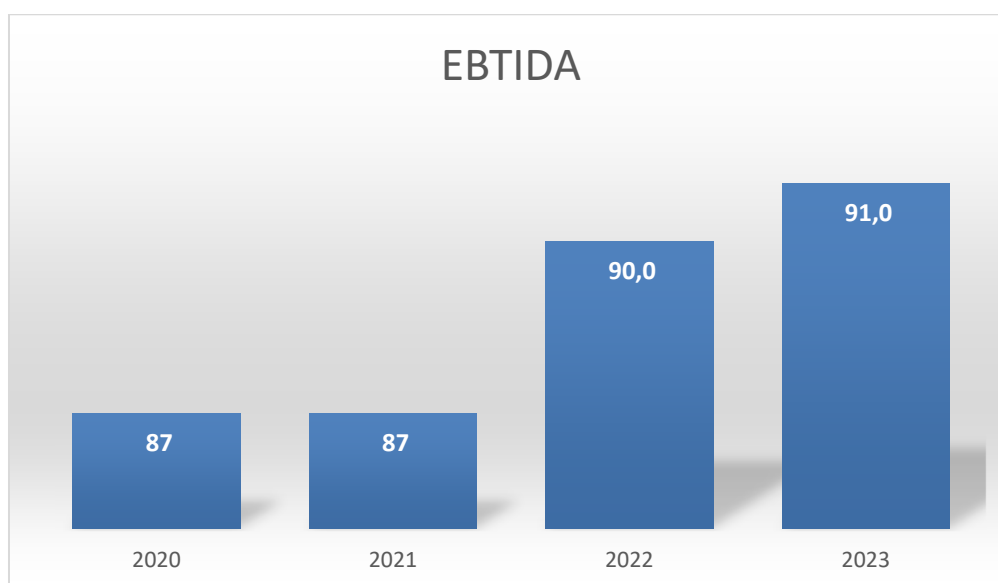
2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
78.169	83.590	87.206	90.446	93.612	96.888	100.280

Desempenho econômico-financeiro

Em 2023, o lucro líquido foi de R\$ 58 milhões, contra R\$ 50 milhões em 2022, um crescimento de 16%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 84 milhões, enquanto em 2022 situou-se em R\$ 77 milhões. Esse aumento de 9 % resulta da variação da receita de encargos de transmissão que aumentou em 8% em comparação com 2022

As receitas financeiras totalizaram em 2023 R\$ 10 milhões, 100% superiores em relação à 2022 que se situou em R\$ 5 milhões, destacando-se a receita com aplicações financeiras em função do aumento de valores aplicados no exercício de 2023 referente a sobra de caixa.

A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 32% contra 25% em 2022. O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 91 milhões, superior em 1 % a 2022, que foi de R\$ 90 milhões, conforme evolução abaixo:



Serviços de Auditoria Externa

Em 2023 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente.

Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia Exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Auditor Independente (em milhares de reais)	2023
KPMG Auditores Independentes	27
Total	27

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Canarana Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Canarana Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Canarana Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Canarana Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Canarana Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 01 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

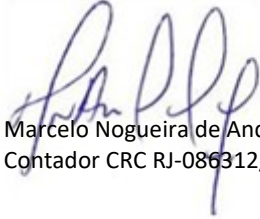
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Balço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	38.118	48.499
Concessionárias e permissionárias	9	9.722	8.265
Contas a receber - partes relacionadas	26	1.253	1.170
Adiantamento a fornecedor		31	1.706
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	11	15.172	14.846
Outros impostos a recuperar	11	635	1.033
Almoxarifado		1.501	1.198
Outros ativos circulantes		563	451
		<u>66.995</u>	<u>77.168</u>
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	10	5.567	4.676
Imobilizado	12	218.294	225.691
Intangível	13	4.721	4.531
		<u>228.582</u>	<u>234.898</u>
Total do ativo		<u><u>295.577</u></u>	<u><u>312.066</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores – terceiros	14	5.740	1.735
Fornecedores - partes relacionadas	26	724	642
Obrigações sociais e trabalhistas		1.719	1.709
Empréstimos e financiamentos com terceiros	15	11.119	11.045
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	3.707	4.900
Outros impostos a pagar	16	2.086	843
Taxas regulamentares	17	835	765
		25.930	21.639
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos com terceiros	15	87.187	96.999
Impostos diferidos		621	-
		87.808	96.999
Patrimônio líquido	19		
Capital social		84.001	84.001
Reserva legal		16.800	15.658
Reserva de retenção de lucros		270.138	280.335
Reserva de incentivos fiscais		47.580	32.741
Prejuízo acumulado		(236.680)	(219.307)
		181.839	193.428
Total do passivo e do patrimônio líquido		295.577	312.066

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita operacional líquida	20	84.090	76.817
Custo da operação	21	<u>(12.360)</u>	<u>(12.176)</u>
Lucro bruto		71.730	64.641
Despesas gerais e administrativas	22	(2.291)	(3.493)
Outras despesas/receitas operacionais		<u>(127)</u>	<u>10.166</u>
Lucro antes do resultado financeiro		69.312	71.314
Resultado financeiro	24	<u>(4.667)</u>	<u>(4.772)</u>
Receita financeira		10.212	5.000
Despesa financeira		(14.879)	(9.772)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>64.645</u>	<u>66.542</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	<u>(6.149)</u>	<u>(18.621)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>58.496</u>	<u>47.921</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	<u>58.496</u>	<u>47.921</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes	<u>58.496</u>	<u>47.921</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Reserva de Incentivos fiscais	Prejuízos Acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	84.001	12.328	261.958	22.396	(200.612)	180.071
Lucro do exercício	-	-	-	-	47.921	47.921
Constituição de reserva legal (nota explicativa 19)	-	3.330	-	-	(3.330)	-
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (nota explicativa 19)	-	-	-	10.345	(10.345)	-
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 19)	-	-	-	-	(1.891)	(1.891)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 19)	-	-	51.050	-	(51.050)	-
Dividendos intermediários (nota explicativa 19)	-	-	(32.673)	-	-	(32.673)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	84.001	15.658	280.335	32.741	(219.307)	193.428
Lucro do exercício	-	-	-	-	58.496	58.496
Constituição de reserva legal (nota explicativa 19)	-	1.142	-	-	(1.142)	-
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (nota explicativa 19)	-	-	-	14.839	(14.839)	-
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 19)	-	-	-	-	(8.001)	(8.001)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 19)	-	-	51.887	-	(51.887)	(8.001)
Dividendos intermediários (nota explicativa 19)	-	-	(62.084)	-	-	(62.084)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	84.001	16.800	270.138	47.580	(236.680)	181.839

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		64.645	66.542
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos a pagar	15	9.027	9.552
Depreciação e amortização		7.583	7.561
Baixa de imobilizado e intangível	12/ 13	24	420
Rendimento títulos e valores mobiliários	10	(331)	(154)
Provisão para perda de crédito esperada	9	4	438
Provisão para contingências	18	-	(90)
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		(1.461)	(957)
Títulos e valores mobiliários		-	93
Contas a receber - partes relacionadas		(83)	(336)
Imobilizado e intangível	12/ 13	48	-
Almoxarifado		(303)	(1.048)
Impostos de renda e contribuição social a recuperar		(326)	7.205
Outros impostos a recuperar		398	(445)
Adiantamentos a fornecedores		1.675	4
Outros ativos		(112)	(292)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores – terceiros		4.005	(422)
Fornecedores – partes relacionadas		82	(178)
Imposto de renda de contribuição social a pagar		1.726	(10.955)
Outros impostos a pagar		4.310	260
Taxas regulamentares		70	359
Outros impostos pagos		(4.268)	(341)
Obrigações sociais e trabalhistas		10	292
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		86.723	77.508
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(8.447)	(6.429)
Juros pagos	15	(8.025)	(8.731)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		70.251	62.348
Aquisição de imobilizado e intangível	12/13	(448)	(834)
Aplicação títulos e valores mobiliários		(1.648)	(996)
Resgate títulos e valores mobiliários		1.088	1.039
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		(1.008)	(791)
Financiamentos pagos	15	(10.740)	(10.628)
Dividendos pagos	19	(62.084)	(32.674)
Juros sobre capital próprio pagos	19	(6.800)	(1.607)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		(79.624)	(44.909)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(10.381)	16.648
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		48.499	31.851
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		38.118	48.499

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Canarana Transmissora de Energia S.A. (“CNTE” ou “Companhia”), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 14º andar, Centro, Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada no Estado do Mato Grosso.

A Companhia iniciou suas operações em 11 de junho de 2018, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

Em 13 de abril de 2016 a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 013/2015 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$ 58.213 (cinquenta e oito milhões, duzentos e treze mil reais) e deságio de 5,29% frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 25 de agosto de 2016, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão:

- (i) Linha de Transmissão em 230kV entre as subestações Paranatinga e Canarana, em circuito simples, com extensão aproximada de 275km, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 262 km devido à característica do local em que a linha foi implantada.
- (ii) Novo pátio da subestação Paranatinga, em 500/230kV, 3x40 MVA mais unidade reserva.
- (iii) Subestação Canarana, em 230/138kV, 3x40 MVA mais unidade reserva, equipamentos compensação reativa, conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

De acordo com o contrato de concessão nº 16/2016 firmado entre a Canarana e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) a transmissora receberá pela prestação do serviço público de transmissão, até o final da concessão, a RAP de R\$ 58.213 (cinquenta e oito milhões, duzentos e treze mil reais), data base janeiro/2016. Ainda conforme o contrato a receita devida à transmissora será reajustada anualmente todo mês de julho, por fórmula pré-estabelecida que utiliza o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como base.

A concessionária obteve a permissão para começar a receber RAP em 04 de junho de 2018 conforme emissão do Termo de Liberação Definitivo emitido pelo ONS.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 74.361 (setenta e quatro milhões, trezentos e sessenta mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 81.977 (oitenta e um milhões, novecentos e setenta e sete mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Em 04 de julho de 2023 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 85.203 (oitenta e cinco milhões, duzentos e três mil reais) para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

1.3 Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

1.4 Revisão Tarifária Periódica

Em 21 de Junho de 2022, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.050/2022, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida – RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 10,24%, relativos às receitas ofertadas no Leilão devendo ser aplicados sobre as parcelas das instalações da Rede Básica – RBL e, quando for o caso, sobre as Demais Instalações de Transmissão – RPEC.

A revisão tarifária periódica é feita a cada 5 anos.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas pela Administração em 29 de abril de 2024.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado na demonstração contábil regulatória. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante

e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

3.1 Informação de políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações contábeis regulatórias. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 4 Principais práticas contábeis regulatórias (2022: Resumo das práticas contábeis regulatórias) e 5 Resumo das práticas contábeis materiais, em determinados casos, de acordo com as alterações.

4 Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas 18 a 25, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja notas explicativas 12 - Imobilizado e 13 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em "Em Serviço" e "Em Curso". Os itens apresentados no grupo "Em serviço" correspondem a imobilizados e intangíveis

já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

4.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

5 Resumo das práticas contábeis materiais (regulatórias e societárias)

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

5.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;

Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;

Existência de garantia;

Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;

Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

5.3 Almojarifado

Os almojarifados são compostos essencialmente por materiais de almojarifado que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício e máquinas equipamentos para substituição do imobilizado que são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

O custo dos almojarifados é baseado no método de alocação de custo médio. As provisões para almojarifados de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

5.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

5.5 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

5.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

5.8 Ativos e Passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

5.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

5.10 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
 - **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

5.11 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5.12 Transações com partes relacionadas

As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços,

são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da companhia.

(a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota 15, a Companhia possui empréstimos bancários com garantias que estão sujeitos a covenants específicos. Embora os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

(b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

(c) Outras normas Contábeis

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

7 Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário e demonstração do resultado

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		66.995	74.920	141.915	77.168	72.304	149.472
Caixa e equivalentes de caixa		38.118	-	38.118	48.499	-	48.499
Concessionárias e permissionárias		9.722	-	9.722	8.265	-	8.265
Contas a receber – partes relacionadas		1.253	-	1.253	1.170	-	1.170
Adiantamentos a fornecedor		31	-	31	1.706	-	1.706
Impostos de renda e contribuição social a recuperar		15.172	-	15.172	14.846	-	14.846
Outros impostos a recuperar		635	-	635	1.033	-	1.033
Almoxarifado		1.501	-	1.501	1.198	-	1.198
Ativo de contrato	a	-	74.920	74.920	-	72.304	72.304
Outros ativos circulantes		563	-	563	451	-	451
Ativo não circulante		228.582	345.507	574.089	234.898	324.146	559.044
Ativo de contrato	a	-	568.484	568.484	-	554.290	554.290
Títulos e valores mobiliários		5.567	-	5.567	4.676	-	4.676
Imobilizado	b	218.294	(218.260)	34	225.691	(225.624)	67
Intangível	b	4.721	(4.717)	4	4.531	(4.520)	11
		295.577	420.427	716.004	312.066	396.450	708.516

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		25.930	-	25.930	21.639	5.482	27.121
Fornecedores terceiros	f	5.740	-	5.740	1.735	5.482	7.217
Fornecedores partes relacionadas		724	-	724	642	-	642
Obrigações Sociais e Trabalhistas		1.719	-	1.719	1.709	-	1.709
Empréstimos e financiamentos		11.119	-	11.119	11.045	-	11.045
Impostos e contribuição social a pagar		3.707	-	3.707	4.900	-	4.900
Outros impostos a pagar		2.086	-	2.086	843	-	843
Taxas regulamentares		835	-	835	765	-	765
Passivo não circulante		87.808	183.747	271.555	96.999	171.661	268.660
Empréstimos e financiamentos - terceiros		87.187	-	87.187	96.999	-	96.999
Impostos diferidos	c	621	183.747	184.368	-	171.661	171.661
		-	-	-			
Patrimônio líquido		181.839	236.680	418.519	193.428	219.307	412.735
Capital social		84.001	-	84.001	84.001	-	84.001
Reserva de retenção de lucros		270.138	-	270.138	280.335	-	280.335
Reserva de incentivos fiscais		47.580	-	47.580	32.741	-	32.741
Reserva legal		16.800	-	16.800	15.658	-	15.658
Prejuízo acumulado	d/e	(236.680)	236.680	-	(219.307)	219.307	-
		295.577	420.427	716.004	312.066	396.450	708.516

Canarana Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2023

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	84.090	15.004	99.094	76.817 (12.176)	11.375 7.107	88.192 (5.069)
Custo da operação	e	(12.360)	7.168	(5.192)			
Lucro bruto		71.730	22.172	93.902	64.641	18.482	83.123
Despesas gerais e administrativas		(2.291)	-	(2.291)	(3.493)	-	(3.493)
Outras (despesas) / receitas operacionais		(127)	-	(127)	10.166	-	10.166
Resultado antes do resultado financeiro		69.312	22.172	91.484	71.314	18.482	89.796
Resultado financeiro		(4.667)	5.730	1.063	(4.772)	-	(4.772)
Receita financeira		10.212	-	10.212	5.000	-	5.000
Despesa financeira		(14.879)	5.730	(9.149)	(9.772)	-	(9.772)
Lucro antes dos impostos		64.645	27.902	92.547	66.542	18.482	85.024
IRPJ e CSLL correntes		(6.149)	-	(6.149)	(18.621)	-	(18.621)
IRPJ e CSLL diferidos	c	-	(10.531)	(10.531)	-	216	216
Lucro líquido do exercício		58.496	17.371	75.867	47.921	18.698	66.619

7.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio Líquido Societário	418.519	412.735
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(643.404)	(626.594)
Imobilizado	218.260	225.624
Intangível	4.717	4.520
Fornecedores Terceiros	-	5.482
Impostos Diferidos Passivos	183.747	171.661
Patrimônio Líquido Regulatório	181.839	193.428

7.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido Societário	75.867	66.619
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato conforme CPC 47	(89.193)	(87.060)
Margem de construção	81.711	74.799
Ajuste de parcelas variáveis	(9.077)	138
PIS/COFINS Diferido	1.555	1.159
Depreciação regulatória	(7.540)	(7.518)
Custo de operação e manutenção	372	-
Juros s/ empréstimos - Societário	(5.730)	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	10.531	(216)
Lucro Líquido Regulatório	58.496	47.921

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a. *Ativo de concessão*

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b. Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do

Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c. *Impostos diferidos*

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d. *Receita*

Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas demonstrações contábeis regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 4.2.

e. *Custo de operação e manutenção e custo de construção*

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas demonstrações contábeis regulatórias os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

f. *Fornecedores terceiros*

A variação do saldo da conta de fornecedores entre a demonstração contábil regulatória e a demonstração financeira é devida pela provisão para encerramento de obras, que para fins regulatórios são absorvidos no grupo do ativo imobilizado.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	-	-
Banco	533	468
Aplicações financeiras (i)	37.585	48.031
	38.118	48.499

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração média de 103,20% do CDI em 2023 e de 102,98% do CDI em 2022. A variação no caixa refere-se a maiores pagamentos de impostos e das despesas operacionais, mas principalmente ao pagamento de dividendos em 2023 que foi 100% maior se comparado ao exercício de 2022.

9 Concessionárias e permissionárias

Todos os todos clientes da Companhia são classificados como industriais ou estão envolvidos na prestação de serviços diretamente relacionados à indústria.

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	8.372	8.108
Vencidas até 30 dias	26	13
Vencidas até 60 dias	246	3
Vencidas até 90 dias (i)	585	7
Vencidas até 120 dias (i)	204	643
Vencidas até 180 dias (i)	131	-
Vencidas entre 181 e 360 dias (i)	91	-
Vencidas há mais de 360	580	-
	10.235	8.774
Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (ii)	(513)	(509)
	9.722	8.265

- (i) O aumento em 2023 é decorrente das provisões de AVCs complementares referentes a rescisões de contrato dos grupos Exus, Newen Energies e Grupo Cassilândia ainda não recebidos.
- (ii) A Companhia não possui títulos renegociados em sua composição do saldo de contas a receber.

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(509)	(71)
Reversão	86	1
Provisão (i)	(90)	(439)
Saldo final	(513)	(509)

- (i) Variação refere-se ao AVC complementar do grupo Quinturará de junho/2022 ainda não recebidos.

10 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2023	31/12/2022
Conta reserva - financiamentos	5.567	4.676
	5.567	4.676

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 15).

Durante todo o prazo do contrato, caso a CNTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a CNTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2022, o índice de cobertura da dívida foi superior a 1,2 (um inteiro e dois décimos) e, portanto, o saldo da conta reserva constituída é equivalente a três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

11 Impostos a recuperar

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ saldo negativo (i)	12.066	10.685
CSLL saldo negativo (i)	3.105	4.160
IRRF a recuperar	1	1
	15.172	14.846

Outros impostos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
PIS	79	79
COFINS	364	364
IRRF retido de clientes	99	99
CSLL retido de clientes	40	39
ICMS a recuperar	43	43
IRRF sobre aplicação financeira (ii)	-	396
Outros	10	13
	635	1.033

- (i) Composição de Saldo Negativo de 2022, devido alteração da apuração no momento do envio da ECF;
- (ii) Variação refere-se a não utilização dos créditos de IRRF sobre aplicação financeira no ano de 2022 os créditos foram utilizados em 2023 na elaboração da ECF.

12 Imobilizado

a. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciaçã o acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	256.241	-	-	52	256.293	52	(41.913)	214.380	221.857
Terrenos	282	-	-	-	282	-	-	282	282
Edificações, obras civis e benfeitorias	6.938	-	-	-	6.938	-	(1.398)	5.540	5.792
Máquinas e equipamentos	248.853	-	-	52	248.905	52	(40.439)	208.466	215.675
Veículos	131	-	-	-	131	-	(65)	66	84
Móveis e utensílios	37	-	-	-	37	-	(11)	26	24
Administração	168	-	-	10	178	10	(143)	35	57
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	162	-	-	10	172	10	(141)	31	53
Veículos	6	-	-	-	6	-	(2)	4	4
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	256.409	-	-	62	256.471	62	(42.056)	214.415	221.914
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	3.766	236	(72)	(52)	3.878	112	-	3.878	3.766
Máquinas e equipamentos	41	29	-	(52)	18	(23)	-	18	41
Outros	3.725	207	(72)	-	3.860	135	-	3.860	3.725
Administração	11	-	-	(10)	1	(10)	-	1	11
Máquinas e equipamentos	11	-	-	(10)	1	(10)	-	1	11
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	3.777	236	(72)	(62)	3.879	102	-	3.879	3.777
Ativo imobilizado	260.186	236	(72)	-	260.350	164	(42.056)	218.294	225.691

b) Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	2023		2022	
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	7,81%	256.293	(41.913)	214.380	221.857
Administração	7,51%	178	(143)	35	57
		256.471	(42.056)	214.415	221.914

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação e amortização (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%
Máquinas e equipamentos	10,00%

12.1 A composição das adições do ativo imobilizado em curso por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do Ativo imobilizado em curso	Material Equipamentos
Maquinas e equipamentos	29
Outros	207
Total das adições	236

12.2 As principais adições / transferências (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2023

Adições do Imobilizado em Serviço

	Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1.	TP 360B TLB TELEMETRO (EQUIPAMENTO PARA MEDIR DISTANCIA)	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	18
2.	FLUKE MULTIMETRO DIGITAL	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	7
3.	FLUKE BT520 ANALISADOR DE BATERIA	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	27
	Total das adições		52

	Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1.	CAIXA DE SOM PBS40 EXTREME 40 RMS PHILCO (SPEAKER)	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1
2.	NOTEBOOK DELL LATITUDE SERIE 3000 - COMPLEMENTO ICMS DIFAL/FECP	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1
3.	MONITOR DELL 27"	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1
4.	MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 7490	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	7
	Total das adições		10

12.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2023

Não houve baixas de ativo imobilizado em serviço no exercício de 2023.

13 Intangível

a. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	2.990	-	-	11	3.001	11	(16)	2.985	2.987
Servidões	2.978	-	-	-	2.978			2.978	2.978
Softwares	12	-	-	11	23	11	(16)	7	9
Administração	89	-	-	4	93	4	(89)	4	10
Licença de Uso de Software	88	-	-	4	92	4	(89)	3	9
Softwares	1	-	-	-	1	-	-	1	1
	3.079	-	-	15	3.094	15	(105)	2.989	2.997
Ativo intangível em curso									
Transmissão	1.532	211	-	(11)	1.732	200	-	1.732	1.532
Servidão	786	131	-	-	917	131	-	917	786
Softwares	10	14	-	(11)	13	3	-	13	10
Outros	736	66	-	-	802	66	-	802	736
Administração	2	2	-	(4)	-	(2)	-	-	2
Softwares	2	2	-	(4)	-	(2)	-	-	2
	1.534	213	-	(15)	1.732	198	-	1.732	1.534
							-		
Ativo Intangível	4.613	213	-	-	4.826	213	(105)	4.721	4.531

b. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%) (i)	2023		2022	
		Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	0,15%	3.001	(16)	2.985	2.987
Administração	10,00%	93	(89)	4	10
		3.094	(105)	2.989	2.997

- (i) Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

13.1 A composição das adições do ativo intangível por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do intangível em curso	Outros gastos
Transmissão	
Servidão	131
Softwares	14
Outros	66
Total das adições	211
Administração	
Softwares	2
Total das adições	2

13.2 As principais adições/ transferências (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2023

Adições do Intangível em Serviço			
	Trasmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1.	SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN 8I	SOFTWARE	1
2.	SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN 8I	SOFTWARE	1
3.	SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN 8I	SOFTWARE	1
4.	SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN 8I	SOFTWARE	1
5.	SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN 8I	SOFTWARE	1
6.	SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN 8I	SOFTWARE	1
7.	SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN 8I	SOFTWARE	1
8.	SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN 8I	SOFTWARE	2
9.	SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN 8I	SOFTWARE	2
Total			11

	Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1.	DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NAO CUSTOMIZAVEIS	SOFTWARE	1
2.	DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NAO CUSTOMIZAVEIS	SOFTWARE	1
3.	LICENCA DE USO CESSAO E BASE DE DADOS	SOFTWARE	2
Total			4

13.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2023

Não houve baixas de ativo intangível em serviço no exercício de 2023.

14 Fornecedores

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para encerramento de obra (i)	5.435	1.617
Fornecedores relacionados à construção	65	52
Gastos ambientais e fundiários	-	-
Prestadores de serviços	98	63
Fornecedor de Almoxarifado	117	-
Outros	25	3
	<u>5.740</u>	<u>1.735</u>

- (i) A redução é referente a registro de NFs da Huawei para encerramento de contrato relacionado à construção, assim revertemos a provisão e efetuamos o pagamento ao longo de 2023.

15 Empréstimos e financiamentos

a. Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2023	31/12/2022
BNDES	out/18	jan/33	SGBH	TJLP + 1,93%	98.306	108.044
					<u>98.306</u>	<u>108.044</u>
Circulante					11.119	11.045
Não circulante					87.187	96.999
					<u>98.306</u>	<u>108.044</u>

b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2022	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2023
BNDES	108.044	9.027	(8.025)	-	(10.740)	98.306
Total	<u>108.044</u>	<u>9.027</u>	<u>(8.025)</u>	<u>-</u>	<u>(10.740)</u>	<u>98.306</u>

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2021	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2022
BNDES	117.851	9.552	(8.731)	-	(10.628)	108.044
Total	117.851	9.552	(8.731)	-	(10.628)	108.044

BNDES

Em 18 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 180.983 (cento e oitenta milhões, novecentos e oitenta e três mil reais) destinado a aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção de da linha de transmissão. Até 31 de dezembro de 2023 havia de principal um montante de R\$ 98.306 (noventa e oito milhões, trezentos e seis mil reais) sobre os quais incidiram 1,93% ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP).

Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela teve vencimento em 15 de fevereiro de 2019 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2033.

c. Garantias

Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH.

Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

d. Covenants

A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida para atender ao Contrato de Financiamento com o BNDES. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,2.

Os covenants são calculados a partir do balancete regulatório conforme contrato do BNDES. Abaixo está o cálculo do índice para o período de 31 de dezembro de 2023:

A) Geração de Caixa	
(+) EBITDA	68.447
(-) Pagamento de IR + CS	76.894
	(8.447)
B) Serviço da Dívida	18.768
(+) Amortização de dívida	10.742
(+) Pagamento de juros	8.026
C) Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B)	3,6

O LAJIDA (EBITDA) regulatório corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

(+/-) Lucro/Prejuízo antes do IR	64.645
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	4.667
(+) Depreciações e amortizações	7.583

A Companhia também deve apresentar o Índice de Capitalização com valor igual ou superior a 20%, com base no balanço regulatório conforme cálculos abaixo:

Patrimônio Líquido (A)	182.839
Ativo Total (B)	295.576
Índice de Capitalização (A/B)	62%

e. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo):

	<u>Amortização</u>
2025	10.823
2026	10.823
2027	10.823
2028	10.823
2029 -2033	43.895
	<u>87.187</u>

16 Impostos e contribuições sociais a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ (i)	-	1.201
CSLL (i)	3.707	3.699
	<u>3.707</u>	<u>4.900</u>

Outros impostos a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
PIS	127	122
COFINS	595	566
INSS empregado	99	92
ISS terceiros	3	2
IRRF (ii)	1.204	3
Outros	58	58
	<u>2.086</u>	<u>843</u>

- (i) Variação refere-se ao abatimento do benefício Sudam do ano conforme nota explicativa 19.
 (ii) Variação decorrente de Imposto de renda sobre JCP que será pago em 2024.

17 Taxas regulamentares

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de fiscalização (TFSEE) (i)	27	26
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (ii)	791	739
CDE – a pagar (iii)	17	-
	<u>835</u>	<u>765</u>

(i) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 20 de julho de 2023, através do Despacho nº 2.469 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas as competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 326 (trezentos e vinte e seis mil reais).

(ii) P&D

Conforme a Resolução Aneel 929 de 2021, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento da ANEEL, sendo 0,28% para projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

(iii) CDE

Conforme disposto na Resolução ANEEL 929/2021, as transmissoras de energia elétrica devem destinar 0,12% da ROL à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE até 31/15/2025. A CDE é um fundo do setor elétrico que tem como objetivo o desenvolvimento energético do país. A partir de 01 de janeiro de 2026 este percentual será revertido para a execução de projetos de P&DI.

18 Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como “provável” e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

Contingências possíveis (não provisionadas)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fiscais e servidões, conforme segue:

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Fiscais (i)	345	316
Servidão (ii)	650	-
	<u>995</u>	<u>316</u>

- (i) Processos Fiscais: Refere-se ao procedimento administrativo 5755107/2020 que discute supostos débitos referentes ao diferencial de alíquotas de ICMS. A companhia apresentou defesa e aguarda o julgamento do caso. O aumento de exposição decorre de atualização monetária.
- (ii) Processos Fundiários: Refere-se ao processo 0001109-86.2017.8.11.0029 que trata da desapropriação da área da SE Canarana, este processo atualmente está em fase recursal.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 84.001 (oitenta e quatro milhões e um mil reais) dividido em 84.001.000 ações ordinárias, nominativas, como valor nominal de R\$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2023 e 2022
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	<hr/>
	100,00%
	<hr/> <hr/>

b. Reserva Legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício societário, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c. Reserva de retenção de lucros

Conforme demonstração financeira societária, em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível o montante de R\$ 270.138 (duzentos e setenta milhões, cento e trinta e oito mil reais) na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas, de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. Em 31 de dezembro de 2022, o valor disponível era de R\$ 280.335 (duzentos e oitenta milhões, trezentos e trinta e cinco mil reais).

d. Prejuízos acumulados

Conforme demonstrado na nota explicativa 7, as diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias impactam diretamente na apuração do resultado da Companhia resultando num prejuízo acumulado de R\$ 236.680 (duzentos e trinta e seis milhões, seiscentos e oitenta mil reais) em 31 de dezembro de 2023 e 219.307 (duzentos e dezenove milhões, trezentos e sete mil reais) em 31 de dezembro de 2022 nas demonstrações financeiras regulatórias absorvidos pela retenção de lucros.

e. Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui direito ao benefício fiscal conferido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que permite a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) calculados sobre a metodologia denominada "Lucro da exploração".

Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos.

O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do Ato Declaratório Executivo nº 1, de 21 de maio de 2020, podendo ser fruído de janeiro de 2019 a dezembro de 2028. Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2020, o Ato Declaratório Executivo retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2019. Conforme determina a legislação, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência

das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras.

O valor acumulado do benefício concedido à Companhia foi no montante de R\$ 32.741 (trinta e dois milhões, setecentos e quarenta e um mil reais), em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 47.580 (quarenta e sete milhões, quinhentos e oitenta mil reais).

f. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

Com base no resultado societário, os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício - societário	75.867	66.618
Reserva legal (5%)	(1.142)	(3.331)
Base de cálculo para os dividendos	74.725	63.287
Dividendo mínimo obrigatório (1%) (ii)	747	633
Juros sobre capital próprio (i)	(8.001)	(1.891)

- (i) O Juros sobre o Capital Próprio (JCP), foi calculado sobre o Patrimônio Líquido da Companhia com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pro rata die, conforme determina a Lei nº 9.249/1995, e aprovado pelos acionistas através das atas de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizadas em 21/12/2023 e 14/12/2022 respectivamente.
- (ii) Devido os valores da distribuição de JCP terem sido superiores aos valores dos dividendos mínimos obrigatórios, não houve provisão dos mesmos para os exercícios de 2023 e 2022.

Foram efetuadas as aprovações de pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos que foram pagos ao longo de 2022 e 2023 conforme demonstrado abaixo:

Órgão aprovador	Data	Dividendos pagos em 2023	Dividendos pagos em 2022	JCP Líquido pago em 2023	JCP Líquido pago em 2022	Valor do IR s/ JCP
RCA	24/05/2022	-	31.037	-	-	-
RCA	01/12/2022	-	1.637	-	-	-
AGE	14/12/2022	-	-	-	1.607	284
RCA	20/07/2023	11.345	-	-	-	-
RCA	21/12/2023	50.739	-	-	-	-
AGE	21/12/2023	-	-	6.800	-	1.200
	Total	62.084	32.674	6.800	1.607	1.484

20 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita operacional bruta	93.939	85.823
Receita de rateio de antecipação	(1.139)	(1.750)
Receita de encargos de transmissão (i)	76.661	71.117
Recuperação de PIS e COFINS	7.944	7.338
Receita Rede de Fronteira	5.134	4.981
Receita de CCT	2.866	2.711
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(2.457)	(2.309)
Indisponibilidade de equipamentos	(15)	(60)
Outras receitas de operação	-	7
Descontos Incidentes na TUST	4.945	3.788
Deduções da receita operacional	(9.849)	(9.006)
PIS	(1.550)	(1.416)
COFINS	(7.139)	(6.523)
TFSEE	(841)	(768)
P&D	(319)	(299)
	84.090	76.817

(i) Variação referente ao reajuste do ciclo realizado em julho/2022.

21 Custo da Operação

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pessoal	(2.962)	(3.377)
Material	(554)	(430)
Serviços de terceiros	(737)	(374)
Depreciação e amortização	(7.540)	(7.518)
Gastos diversos	(405)	(359)
Outros	(162)	(118)
	(12.360)	(12.176)

22 Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pessoal (i)	(1.429)	(2.196)
Material	(38)	(61)
Serviços de terceiros (i)	(447)	(434)
Arrendamentos e aluguéis	(134)	(118)
Seguros	(1)	-
Provisões/reversão (ii)	(5)	(348)
(-) Recuperação de Despesas	140	-
Tributos	(104)	(27)
Depreciação e amortização	(42)	(43)
Outras	(231)	(266)
	(2.291)	(3.493)

(i) As variações na linha de pessoal e serviços de terceiros referem-se substancialmente ao rateio conf. Res. 699/16 devido a inclusão das empresas XRTE e STE em 2022, conforme detalhado na nota explicativa 26.

(ii) Variação refere-se principalmente a provisão para perda de crédito esperada referente a AVC complementar do Grupo Quinturará conforme mencionado na nota explicativa 9.

23 Despesas com pessoal

Pessoal - operação	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Remuneração	(1.865)	(2.197)
Encargos	(657)	(772)
Outros Benefícios - Corrente	(395)	(358)
Outros	(45)	(50)
	<u>(2.962)</u>	<u>(3.377)</u>

Pessoal - administração	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Remuneração	(617)	(879)
Encargos	(207)	(340)
Benefícios	(115)	(159)
Administradores	(432)	(612)
Outros	(58)	(206)
	<u>(1.429)</u>	<u>(2.196)</u>
	<u>(4.391)</u>	<u>(5.573)</u>

24 Resultado financeiro

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita financeira	10.212	5.000
Receitas de aplicações financeiras (i)	9.209	4.613
Tributos sobre receitas financeiras	(498)	(244)
Outras receitas financeiras (ii)	1.501	631
Despesa financeira	(14.879)	(9.772)
Juros e variação monetária sobre empréstimos – terceiros	(9.029)	(9.552)
Juros sobre empréstimos – partes relacionadas	(5.730)	-
Outras despesas financeiras	(120)	(220)
	<u>(4.667)</u>	<u>(4.772)</u>

- (i) Variação refere-se a rendimentos sobre aplicação financeira em função do aumento de valores aplicados no exercício de 2023 referente a sobra de caixa.
- (ii) Aumento no exercício de 2023 refere-se à atualização monetária do saldo negativo de IRPJ e CSLL de 2018.

25 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (lucro real)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	92.548	85.024
Adições/Exclusões não dedutíveis	1.515	1.499
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo)	-	-
Ajustes ICPC 01	(24.008)	(19.134)
Doações e Subv. para Investimento	-	(10.346)
Juros s/ Capital Próprio	(8.001)	(1.891)
Outros	(347)	(284)
Lucro Real	61.707	54.868
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(15.403)	(13.693)
Inc. Fiscais	14.839	35
IRPJ devido (25%)	(564)	(13.658)
CSLL (9%)	(5.585)	(4.963)
IR e CS correntes	(6.149)	(18.621)
Alíquota efetiva	(7%)	22%

26 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais:

26.1 Ativo

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	<u>1.253</u>	<u>1.170</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.253	1.170

26.2 Passivo

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - partes relacionadas	<u>724</u>	<u>642</u>
Aluguel (ii)	14	-
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	710	642

26.3 Resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado - partes relacionadas	<u>2.277</u>	<u>798</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	2.410	941
Despesa de aluguel (ii)	(133)	(119)
Serviços de engenharia SGSE (iii)	-	(24)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em abril de 2022, através do despacho Nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.
- (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. ("SGSE") é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023.

26.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	189	237
Benefícios diretos e indiretos	32	42
Encargos	92	142
Provisões (13 salário, férias e bônus)	119	191
Valor total da remuneração	<u>432</u>	<u>612</u>

- (*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e Bônus.

27 Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 27.1 não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

27.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	8	38.118	48.499
Títulos e Valores Mobiliários	10	5.567	4.676
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	9	9.722	8.265
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Financiamentos e financiamentos - terceiros	15	98.306	108.044
Fornecedores terceiros	14	5.740	1.735
Fornecedores partes relacionadas	26	724	642

27.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	38.118	48.499
Títulos de Valores Mobiliários	5.567	4.676
Concessionária e Permissionárias	9.722	8.265
Passivos Financeiros		
Empréstimos e financiamentos - terceiros	98.306	108.044

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados as concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração

da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

28 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

29 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	20.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	94.120	94.120
Veículos	Carros	168	179
		<u>114.288</u>	<u>114.299</u>

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2